



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
(Academia Real Militar - 1811)**

ANEXO III - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

NUP nº n.º 64000.022412/2025-40.

CONCORRÊNCIA nº 176/2025

Objeto: Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento, da fração a seguir especificada de área no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), para fins de EXPLORAÇÃO PECUÁRIA.

SUMÁRIO

1.	ENQUADRAMENTO DO OBJETO.....	5
2.	DEFINIÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA.....	6
3.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	6
4.	VISTORIA.....	7
5.	SUBCONTRATAÇÃO.....	9
6.	JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	12
7.	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS.....	13
8.	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.....	15
9.	PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA.....	17
10.	PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (EI).....	19
11.	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).....	21
12.	PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE SIMPLES.....	22
13.	PARTICIPAÇÃO DE AGÊNCIA DA SOCIEDADE SIMPLES.....	24
14.	DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).....	26
15.	DO TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS	27
16.	JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO.....	22
17.	DA SUSTENTABILIDADE.....	30
18.	CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA.....	31

19.	JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DO OBJETO DA LICITAÇÃO.....	33
20.	EXIGÊNCIA INTEGRAL DE PREPOSTO NO LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	34
21	NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019).....	35
22.	LANCES INTERMEDIÁRIO E INTERVALO MÍNIMO	36
23.	PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PLS.....	37
24.	JUSTIFICATIVA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE INSOLVÊNCIA CIVIL.....	37
25.	JUSTIFICATIVA SOBRE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO SIGILOSO	38
26.	JUSTIFICATIVA SE É OU NÃO DE NATUREZA CONTÍNUA.....	39
27.	JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE VIGÊNCIA.....	39
28.	JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO OU NÃO	40
29.	JUSTIFICATIVA da MARGEM DE PREFERÊNCIA OU NÃO.....	42
30.	JUSTIFICATIVA PARA O MOMENTO DE EXIGÊNCIA DO CADIN.....	43
31.	JUSTIFICATIVA PARA NÃO Solicitação DE CERTIDÃO NEGATIVA CIVIL PELO DISTRIBUIDOR DO DOMICÍLIO OU SEDE DO INTERESSADO.....	44
32.	JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO OU NÃO DO Documento REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.....	44
33.	JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO OU NÃO TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA.....	45
34.	JUSTIFICATIVA PARA NÃO EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES.....	46

35.	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	46
36.	JUSTIFICATIVA PARA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 01/2025-DPIMA, PELA SPU/RJ.....	47
37.	JUSTIFICATIVA PARA NÃO SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS PARA AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	48
38.	JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.....	48

DO ATESTO DO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE JUSTIFICATIVA

Eu, **VITOR HUGO BARBOSA ALVES BARRETO** - TC, publicado no Boletim Interno nº 108, de 11 de junho de 2025, como Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação, confeccionei as Justificativas, deste Termo, referente à Concorrência nº 176-2025, - Cessão de Uso Onerosa Sob o Regime de Arrendamento, da fração a seguir especificada de área no Campo de Instrução da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), para fins de EXPLORAÇÃO PECUÁRIA..

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. O presente processo tem como objeto a cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento de área pertencente à União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante retribuição mensal à Administração Pública Federal.

1.2. Nos termos do art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, é permitida a utilização de bens imóveis da União por terceiros, de forma onerosa, mediante contrato de cessão ou arrendamento, observados os requisitos legais e regulamentares e mediante licitação, salvo as hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.

1.3. A exploração pecuária constitui atividade de caráter econômico que, por sua natureza, enquadra-se no regime de arrendamento, conforme previsto na referida lei, sendo necessária a remuneração ao ente público e a formalização contratual específica.

1.4. A Portaria GM-MD nº 4.411, de 27 de outubro de 2021, disciplina, em seu art. 2º, inciso XI, que são consideradas atividades de apoio autorizáveis aquelas voltadas ao comércio de artigos agropecuários, o que abrange, por analogia e finalidade, a exploração pecuária, especialmente quando exercida em áreas que não comprometam as finalidades institucionais da Organização Militar envolvida.

1.5. Complementarmente, a Portaria nº 200 – DEC, de 3 de dezembro de 2020, ao regulamentar as diretrizes para cessão de uso onerosa no âmbito do Exército, estabelece os requisitos técnicos, patrimoniais e jurídicos para viabilizar esse tipo de ocupação, exigindo estudos prévios de viabilidade, avaliação da área, autorização da autoridade competente e processo administrativo formal.

1.6. Dessa forma, a cessão de uso para fins de exploração pecuária:

1.6.1. encontra amparo legal na Lei nº 9.636/1998, especialmente quanto à possibilidade de arrendamento de imóvel público;

1.6.2. está compatível com a Portaria GM-MD nº 4.411/2021, por tratar-se de atividade de apoio economicamente viável e auxiliar à gestão do patrimônio da União;

1.6.3. está alinhada às diretrizes da Portaria nº 200/DEC/2020, que regulamenta a atuação das organizações militares no controle, avaliação e cessão de áreas sob sua administração; e

1.6.4. encontra respaldo complementar na Lei nº 13.465/2017, que atualizou dispositivos da Lei nº 9.636/1998 e aprimorou mecanismos de cessão, regularização e aproveitamento racional de imóveis públicos.

1.7. Portanto, o objeto está regularmente enquadrado como cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento para fins de exploração pecuária, atendendo às normas vigentes e aos princípios da administração pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e supremacia do interesse público.

2. DEFINIÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

2.1. Para o presente processo de cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento da área denominada Gleba 12, localizada no município de Resende/RJ, sob administração da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, o valor de referência adotado para o cálculo da remuneração mensal foi definido com base no Laudo de Avaliação nº 01/2025 – DPIMA, elaborado pela Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro.

2.2. Dessa forma, o valor de R\$ 13.334,10 (treze mil, trezentos e trinta e quatro reais e dez centavos) foi adotado como preço de referência oficial para o processo de cessão, com respaldo técnico no laudo mencionado, em conformidade com a legislação aplicável e os normativos internos do Exército Brasileiro.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação:

3.1.1. essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de:

3.2.1. atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que foi atendido a contento, onde constem os dados de identificação do emitente, os dados de identificação da empresa licitante, local, data, nome e assinatura do representante legal do emitente; ou

3.2.2. Inscrição de Produtor Rural; ou

3.2.3. Talão de Produtor Rural; ou

3.2.4. Cartão de Produtor Rural; ou

3.2.5. Comprovante de participação em associações ou cooperativas rurais; ou

3.2.6. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor:

3.3.1. o fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da ARRENDADORA e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos; e

3.3.2. os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

3.5. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

4. VISTORIA

4.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horários exclusivos, a ser agendado, de modo que não coincida com o agendamento de outros licitantes:

4.1.1. para agendar a vistoria deverá ser marcado agendado pelo telefone (024) 3388-5151 ou no e-mail: seclicitacoespma@gmail.com; e

4.1.2. o horário de vistoria fica limitado a:

4.1.2.1. segunda a quinta de 9:00 h até às 16:00hs; e

4.1.2.2. sexta de 08:00 h às 11:00 hs.

4.1.3. serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia; e

4.1.4. para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.2. Será emitido Atestado de Vistoria, conforme o Anexo IX - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica, para o Licitante seguir:

4.2.1. para a emissão do Atestado de Vistoria Anexo IX - Modelo de Atestado de Vistoria Técnica, o licitante deverá comparecer " In loco", para receber o referido documento do servidor designado para esse fim.

4.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o ARRENDATÁRIO assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.5. Nesse contexto, uma vez facultada a realização da vistoria prévia no Termo de Referência, os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

4.5.1. realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições do arrendamento;

4.5.2. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, conforme o Anexo VII - Modelo de Declaração de Conhecimento de Todas Informações e das Condições do Local; e

4.5.3. declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação conforme o Anexo VIII - Modelo de Declaração de Condições e Peculiaridades da Contratação em sua Plenitude.

4.6. Na presente licitação, a realização de vistoria:

(X) Será FACULTATIVA

() Não será EXIGÊNCIA, com base na justificativa acima.

5. SUBCONTRATAÇÃO

5.1. O presente procedimento tem por objeto a cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento de imóvel da União, sob administração do Exército Brasileiro, especificamente da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, com finalidade de exploração pecuária.

5.2. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir, restringir ou vedar a subcontratação, devendo a decisão estar devidamente motivada nos autos do processo licitatório. Considerando as particularidades do objeto, não será admitida a subcontratação, com base nos seguintes fundamentos técnicos e legais:

5.2.1. na hipótese de o contratado pretender subcontratar partes do objeto do contrato, o edital deverá exigir que essa intenção seja declarada na licitação, admiti-la com restrições ou vedá-la, total ou parcialmente, conforme a complexidade e a natureza do objeto da contratação.

5.3. Dispõe a Lei nº 14.133/21, em seu §2º do art. 122, Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

5.4. Vejamos também a doutrina de Marçal Justen Filho:

“A hipótese torna-se cabível, por exemplo, quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, em que algumas fases, etapas ou aspectos apresentam grande simplicidade e possam ser desempenhados por terceiros sem que isso acarrete prejuízo. A evolução dos princípios organizacionais produziu o fenômeno denominado de “terceirização”, que deriva

dos princípios da especialização e da concentração de atividades. Em vez de desempenhar integralmente todos os ângulos de uma atividade, as empresas tornam-se especialistas em certos setores.

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer os interesses fundamentais.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 566)

5.5. À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação. Esta, mais do que possível, é desejável, na medida em que o Termo de Projeto Básico demonstrou-lhe a necessidade, de acordo com a complexidade do objeto, cuja execução carece de especialização encontrável na subcontratada. Por isto que a Administração autorizará e dimensionará a subcontratação mediante ato motivado, a comprovar que atende às recomendações do Projeto Básico e convém à consecução das finalidades do contrato. Caso admitida, cabe ao Projeto Básico estabelecer com detalhamento de seus limites e condições.

5.6. No entanto, quando a licitação demanda rigorosa comprovação da qualificação técnica da empresa, torna-se um contrassenso admitir a ampla possibilidade de subcontratação, inclusive dos serviços que integram o núcleo do objeto contratado. De fato, tais exigências só se justificam diante da necessidade de assegurar a capacitação e aptidão técnica da empresa para executar satisfatoriamente os serviços licitados, dada sua presumível complexidade ou especialidade. É incoerente autorizar que, após severo processo de seleção, outra empresa os execute – conforme a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 3.144/2011 e 2.760/2012 do Plenário).

5.7. De todo modo, tratando-se de questão técnica, cabe ao setor técnico analisá-la sob tal ponto de vista - configuração do mercado fornecedor e práticas adotadas pelos fornecedores do ramo - e apresentar a justificativa pertinente a cada caso concreto, seja para admitir ou negar a subcontratação.

5.8. Caso o órgão/entidade eventualmente decida admitir a subcontratação no presente feito, a jurisprudência do TCU orienta que sejam definidas as parcelas passíveis de subcontratação

(por exemplo, Acórdãos nº 1.041/2012 – 2ª Câmara e nº 1.626/2010 – Plenário) – mantendo-se, porém, as diretrizes anteriores, especialmente: a) que não abranjam as parcelas principais da contratação; b) que não abranjam as parcelas requeridas na comprovação de qualificação técnica do licitante.

5.9. Natureza direta e operacional do objeto:

5.9.1. A cessão de uso de imóvel para exploração pecuária caracteriza-se como uma atividade eminentemente operacional e de gestão direta por parte do arrendatário. A execução da atividade pecuária (criação, manejo, manutenção de pastagens, cercas e benfeitorias) pressupõe controle direto do cessionário sobre a área e os recursos, sendo contraproducente a fragmentação contratual via subcontratação.

5.10. Inexistência de serviços técnicos especializados que justifiquem divisão de execução:

5.10.1. A atividade agropecuária típica não demanda, em regra, a contratação de terceiros especializados ou a divisão do objeto com outros executores, especialmente em glebas de médio porte. A subcontratação, se permitida ou incentivada, poderia gerar insegurança na responsabilização contratual, dificultando a fiscalização e o controle pela Administração.

5.11. Incompatibilidade com os objetivos da cessão pública:

5.11.1. A cessão de uso onerosa tem por finalidade a geração de receita para a Administração e a preservação produtiva de áreas públicas ociosas. Permitir subcontratação ampla poderia desvirtuar o uso pactuado e dificultar o cumprimento de obrigações ambientais e legais atribuídas ao cessionário principal.

5.12. Previsão normativa em regulamentos internos:

5.12.1. A Portaria nº 200 – DEC, de 3 de dezembro de 2020, que rege a cessão de uso de imóveis no âmbito do Exército Brasileiro, não estabelece obrigatoriedade de subcontratação para esse tipo de instrumento jurídico. Ao contrário, reforça a necessidade de controle técnico, ambiental e contratual direto do titular do arrendamento, com cláusulas que assegurem o uso adequado e sustentável da área.

5.13. Simplicidade e economicidade na execução contratual:

5.13.1. A vedação de subcontratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e responsabilidade contratual, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao evitar estruturas intermediárias que possam dificultar a gestão e fiscalização do contrato.

5.14. Diante do exposto, e considerando a natureza direta, rural e simplificada do objeto, não se justifica, sob o aspecto técnico, jurídico ou econômico, a exigência de subcontratação no presente certame.

5.15. JUSTIFICATIVA:

() É permitida a subcontratação parcial do objeto;

(X) Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO EXIGÊNCIA DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1. O presente processo trata da **cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento** de área rural de propriedade da União, sob a administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de **exploração pecuária**, tendo como critério de julgamento o **maior valor de outorga mensal**, visando à **obtenção de receita pública**, nos termos do **art. 1º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**.

6.2. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir dos licitantes a apresentação de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, com o objetivo de aferir a capacidade da empresa de cumprir as obrigações decorrentes do contrato. No entanto, a exigência dessa qualificação deve ser necessária, proporcional e motivada, conforme estabelece o princípio da razoabilidade (art. 5º) e os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e do julgamento objetivo.

6.3. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a qualificação econômico-financeira pode ser exigida da licitante “quando necessária para aferir a capacidade de cumprimento das obrigações decorrentes do contrato”. No entanto, no presente caso, não será exigida a apresentação de documentação econômico-financeira, pelas seguintes razões:

6.3.1. Trata-se de procedimento de natureza arrecadatória:

6.3.1.1. a cessão de uso, sob o regime de arrendamento, não representa despesa para a Administração Pública, mas sim **receita**, já que o particular arrematante se obriga a pagar valores mensais em contrapartida pelo uso da área. Assim, o risco financeiro recai

exclusivamente sobre o particular, que, ao deixar de pagar, sofrerá as penalidades contratuais previstas.

6.3.2. A obrigação principal do particular é o pagamento mensal da outorga:

6.3.2.1. o contrato de cessão envolve obrigação simples e objetiva: o pagamento mensal do valor contratado. Tal obrigação não depende de investimentos vultosos ou de capacidade operacional complexa, o que afasta a necessidade de avaliação prévia da saúde financeira do participante.

6.3.3. Garantias legais e contratuais já asseguram a execução:

6.3.3.1. conforme a própria **Lei nº 14.133/2021**, o instrumento convocatório poderá prever **garantias contratuais (art. 96)**, bem como cláusulas resolutivas para inadimplemento. Assim, a Administração poderá exigir garantia de execução, aplicar penalidades ou rescindir o contrato em caso de descumprimento, o que mitiga os riscos administrativos.

6.3.4. Simplicidade, eficiência e ampliação da competitividade:

6.3.4.1. a não exigência da qualificação econômico-financeira segue o princípio da eficiência e da ampliação da competitividade, previsto no **art. 11 da Lei nº 14.133/2021**, incentivando a participação de produtores rurais locais, inclusive agricultores familiares, pessoas físicas e pequenas empresas rurais, que muitas vezes não possuem balanços contábeis ou certidões típicas de grandes sociedades empresárias.

6.3.5. Amparo em jurisprudência e boas práticas:

6.3.5.1. diversos órgãos de controle, como a AGU, o TCU e a SPU/MGI, já reconhecem a desnecessidade de exigência de qualificação econômico-financeira em processos de cessão onerosa com objeto simples, de baixo risco ou voltados à obtenção de receita, especialmente quando o valor de referência já está tecnicamente fundamentado e a inadimplência pode ser resolvida com previsão contratual e retomada da posse.

6.4. Diante do exposto, e considerando a natureza do objeto, a finalidade arrecadatória, os princípios da economicidade e da competitividade, e o respaldo normativo conferido pela **Lei nº 14.133/2021**, resta justificada a não exigência de qualificação econômico-financeira dos licitantes para o presente processo de cessão de uso onerosa para fins de exploração pecuária.

6.5. Não será exigida a qualificação econômico-financeira dos licitantes no presente certame.

7. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

7.1. O presente procedimento tem por objeto a **cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento** de área rural pertencente à União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de **exploração pecuária por terceiro**, mediante remuneração mensal à Administração, conforme critérios definidos no **Laudo de Avaliação nº 01/2025 – DPIMA**.

7.2. Note-se que “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 15 da Lei nº 14.133/2021, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

7.3. Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que “...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável...” pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

7.4. Ao final, de acordo com o Acórdão nº 2.898/2012 - Plenário, "deve ser admitida a formação de consórcio quanto o objeto a ser licitado envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993".

7.5. Nesse sentido, o Acórdão nº 2.898/2012 - Plenário do TCU, embora trate da admissibilidade de consórcios, também estabelece critérios objetivos para sua necessidade, ao afirmar que:

“deve ser admitida a formação de consórcio quando o objeto a ser licitado envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.”

7.6. A vedação à participação de empresas em consórcio na presente licitação tem fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que expressamente autoriza a Administração Pública a vedar a participação de consórcios em licitações, desde que a decisão seja motivada no processo. No

presente caso, fica vedada a participação de consórcios, com base nos fundamentos técnicos, operacionais e jurídicos a seguir:

7.6.1. Natureza do objeto: execução individual, direta e autônoma:

7.6.1.1. a exploração pecuária, finalidade expressa da cessão de uso, é atividade simples e operacionalmente autônoma, que prescinde da união de entes com especializações distintas. Trata-se de atividade rotineira de produção rural, que pode ser exercida adequadamente por um único agente (pessoa física ou jurídica), não se justificando a composição consorcial.

7.6.2. Finalidade arrecadatória do processo:

7.6.2.1. diferentemente das contratações típicas de fornecimento ou execução de obras e serviços, o presente procedimento tem por finalidade precípua a obtenção de receita para a Administração Pública. Não há despesa pública envolvida, sendo obrigação do contratado o pagamento mensal da outorga fixada, conforme o critério de julgamento de maior valor de remuneração.

7.6.3. Evita a diluição de responsabilidades e garante segurança jurídica:

7.6.3.1. a formalização contratual com um único responsável permite maior segurança na fiscalização, cobrança e eventual aplicação de sanções. A constituição de consórcios poderia dificultar a responsabilização objetiva do arrendatário, fragmentando obrigações ambientais, patrimoniais e financeiras entre diferentes integrantes.

7.6.4. Preserva a simplicidade do processo e a eficiência administrativa:

7.6.4.1. a vedação à participação consorcial contribui para simplificar o procedimento licitatório, evitando etapas adicionais de habilitação conjunta, análises de compromissos solidários, ou constituição de nova pessoa jurídica, em respeito aos princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

7.6.5. Fomento à competitividade individual

7.6.5.1. ao impedir a participação de consórcios, evita-se a concentração da disputa em grandes grupos econômicos, estimulando a participação de produtores locais, pequenos empreendedores rurais e arrendatários autônomos, ampliando a competitividade e favorecendo o desenvolvimento regional.

(X) É VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

8. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

8.1. O órgão licitante deve analisar com cautela as características do serviço ou aquisições de bens que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração – conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

8.2. Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

8.3. De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

8.4. A natureza do arrendamento requer que os empregados envolvidos nas atividades de pecuária estejam sob o regime da subordinação direta do ARRENDATÁRIO, o que é incompatível com o modelo cooperativo.

8.5. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que as cooperativas não podem ser contratadas para o fornecimento de bens ou serviços em que haja pessoal submetido a subordinação direta da Administração ou da contratada, especialmente em atividades que envolvem risco operacional e requerem atuação hierarquizada e disciplinada.

8.6. TCU – Acórdão nº 2.802/2011 – Plenário - “É indevida a contratação de cooperativas de trabalho para atividades que demandem subordinação direta dos trabalhadores, ou risco à segurança e continuidade da atividade fim, configurando intermediação ilícita de mão de obra.”

8.7. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos seus associados (Lei nº 5.764/1971). Seus princípios fundamentais incluem a adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

8.8. Portanto, a vedação à participação de cooperativas no presente certame encontra respaldo:

8.8.1. No regime de trabalho exigido pela natureza do arrendamento; e

8.8.2. a participação poderia comprometer a isonomia, a competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa, além de aumentar o risco de inexecução contratual.

8.9. Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na justificativa acima.

9. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

9.1. O presente processo tem por objeto a cessão de uso onerosa de imóvel da União, sob administração do Exército Brasileiro, sob o regime de arrendamento, com a finalidade de exploração pecuária.

9.2. Nos termos da legislação vigente, especialmente a **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998**, é plenamente permitida a participação de pessoa física nesse tipo de processo, conforme os fundamentos a seguir:

9.2.1. Previsão legal expressa:

9.2.1.1. o art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.636/1998 autoriza a cessão de uso ou arrendamento de imóveis da União a pessoas físicas ou jurídicas, mediante remuneração e contrato formal.

9.2.2. Compatibilidade com a finalidade do uso – exploração pecuária:

9.2.2.1. a exploração pecuária é uma atividade tipicamente desenvolvida por pessoas físicas, especialmente pequenos e médios produtores rurais.

9.2.3. Permitir a participação de pessoas físicas:

9.2.3.1. atende à realidade socioeconômica do campo;

9.2.3.2. fomenta a ocupação produtiva e sustentável da área pública; e

9.2.3.3. amplia a inclusão de produtores familiares e autônomos, em consonância com os princípios constitucionais da função social da terra.

9.2.4. Natureza arrecadatória do processo:

9.2.4.1. por tratar-se de processo de receita pública, não há contratação onerosa de bens ou serviços pelo Estado, mas sim a contraprestação financeira do particular à Administração, pela utilização do bem público. A capacidade de pagamento e a aptidão jurídica da pessoa física para assumir obrigações contratuais já são suficientes para garantir a segurança do contrato.

9.2.5. Princípios da isonomia, legalidade e ampliação da competitividade:

9.2.5.1. a vedação à participação de pessoa física poderia violar os princípios da isonomia e da ampla competitividade (art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021), excluindo potenciais interessados legalmente habilitados e economicamente aptos. Ao permitir sua participação, fomenta-se a concorrência justa e aberta, com estímulo ao desenvolvimento local e à gestão eficiente de recursos públicos.

9.2.6. Prática consolidada e respaldo institucional

9.2.6.1. tanto o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército já reconhecem, em seus normativos e pareceres técnicos, a possibilidade de arrendamento por

pessoas físicas, especialmente em áreas destinadas à agricultura ou pecuária, desde que atendidos os requisitos editalícios e contratuais.

9.3. Diante do exposto, e com base no art. 3º, inciso III, da Lei nº 9.636/1998, **na** Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da legalidade, isonomia, eficiência e interesse público, justifica-se a permissão da participação de pessoas físicas no presente processo de cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento para fins de exploração pecuária, desde que atendam integralmente às exigências constantes do edital.

9.4. Na presente licitação, será () VEDADA ou (X) PERMITIDA a participação de Pessoa Física.

10. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL (EI)

10.1. O presente processo trata da cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, de área rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante retribuição mensal, sendo, portanto, um processo de **natureza arrecadatória**, nos termos do art. 1º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O Empresário Individual (EI) pode ser entendido como um regime empresarial constituído por uma única pessoa. Sendo assim, não há a presença de nenhuma outra pessoa física nem jurídica.

10.3. O empresário responde com seu patrimônio pessoal pelas obrigações contraídas por sua empresa. Em outras palavras, a responsabilidade do empresário é sempre ilimitada.

10.4. O Empresário Individual (EI) não é um (MEI), o Microempreendedor Individual (MEI) é um regime que permite a formalização de profissionais autônomos, com a criação de um CNPJ atuando sem sócios e com algumas restrições previstas na legislação específica.

10.5. Já o Empresário Individual conta com um limite de faturamento equivalente a R\$ 360 mil ao ano como Microempresa (ME) ou 4,8 milhões como Empresa de Pequeno Porte (EPP).

10.6. Porém, quem possui profissão regulamentada, como advogados, arquitetos e médicos, não pode aderir a esse tipo societário.

10.7. De acordo com a Lei nº 12.441, de 2011, as atividades econômicas que são lícitas, possíveis e determinadas, ou seja, que são claras e precisas. Então, atendendo esses requisitos,

praticamente todas as atividades econômicas (que possuem CNAE) são permitidas no Empresário Individual.

10.8. Para conhecimento, o Art. 41, da Lei 14.195, de 26 de agosto de 2021, transformou as Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI), para Sociedades Limitadas Unipessoais (SLU).

10.9. Com base nas normativas legais vigentes e nas boas práticas de gestão patrimonial pública, justifica-se a permissão da participação de empresário individual (EI) no presente certame, pelas razões a seguir:

10.9.1. Personalidade jurídica reconhecida:

10.9.1.1. o **empresário individual** é formalmente reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro como pessoa natural que exerce em nome próprio atividade empresarial, nos termos do art. 966 do Código Civil. A formalização se dá por meio de registro na Junta Comercial, conferindo-lhe capacidade jurídica plena para contratar com a Administração Pública, inclusive em procedimentos licitatórios.

10.9.2. Amparo legal e normativo:

10.9.2.1. a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, em seu art. 3º, inciso III, autoriza a cessão e o arrendamento de imóveis da União a pessoas físicas ou jurídicas. O empresário individual, embora tecnicamente pessoa natural, atua com registro e tratamento jurídico empresarial, sendo **equiparado à pessoa jurídica** para fins de licitação.

10.9.3. Adequação à finalidade rural:

10.9.3.1. o empresário individual é uma das formas mais comuns de formalização da atividade rural, especialmente entre produtores que atuam com gado de corte ou leite, sendo frequentemente registrado como produtor rural (inclusive com inscrição estadual e no INCRA); e

10.9.3.2. assim, sua atuação está diretamente relacionada à **exploração pecuária**, que é a finalidade do presente arrendamento.

10.9.4. Segurança jurídica e capacidade operacional:

10.9.4.1. a permissão de participação de empresário individual assegura:

10.9.4.1.1. responsabilidade direta e objetiva do titular;

10.9.4.1.2. capacidade técnica, fiscal e jurídica de cumprir as obrigações do contrato; e

10.9.4.1.3. facilidade de fiscalização e responsabilização.

10.9.5. Fomento à competitividade e ao desenvolvimento local:

10.9.5.1. permitir a participação de empresários individuais:

10.9.5.1.1. amplia a competitividade do certame;

10.9.5.1.2. incentiva a formalização da atividade rural; e

10.9.5.1.3. fortalece pequenos e médios empreendedores locais, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e função social da terra.

10.10. Diante do exposto, com base no Código Civil, na Lei nº 9.636/1998 e na Lei nº 14.133/2021, justifica-se a permissão da participação de empresários individuais (EI) no processo de cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento, para fins de exploração pecuária, desde que preencham os requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

10.11. Na presente licitação, será () VEDADA ou (X) PERMITIDA a participação de Empresário Individual (EI).

11. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

11.1. O presente processo trata da cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento de imóvel da União, sob a administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária, tratando-se, portanto, de processo arrecadatório, conforme disposto no art. 1º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Com fundamento nas normativas legais vigentes e considerando o interesse público na ampliação da competitividade e no estímulo ao pequeno produtor rural, justifica-se a permissão da participação de Microempreendedor Individual (MEI) no presente processo, conforme os argumentos a seguir:

11.2.1. Reconhecimento legal do MEI como pessoa jurídica:

11.2.1.1. o Microempreendedor Individual (MEI) **é uma forma jurídica simplificada, criada pela** Lei Complementar nº 128/2008, com o objetivo de formalizar pequenos empreendedores individuais, inclusive os atuantes na atividade rural; e

11.2.1.2. o MEI possui CNPJ, inscrição na Junta Comercial e tratamento tributário próprio, além de poder emitir nota fiscal, assinar contratos e responder civilmente por suas obrigações. Assim, possui plena capacidade jurídica para participar de licitações e firmar contratos administrativos.

11.2.2. Compatibilidade com a atividade de exploração pecuária:

11.2.2.1. o MEI pode registrar atividades de criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, aves e outras atividades agropecuárias compatíveis com o objeto da cessão, conforme regulamentação da Resolução CGSIM nº 140/2018 e atualizações do Portal do Empreendedor do Governo Federal; e

11.2.2.2. portanto, desde que o CNAE declarado do MEI esteja compatível com a finalidade do contrato (exploração pecuária), não há impedimento técnico ou legal à sua participação.

11.2.3. Fomento à inclusão produtiva e à competitividade:

11.2.3.1. a permissão da participação de MEIs:

11.2.3.1.1. amplia a competitividade **do certame**;

11.2.3.1.2. promove a inclusão de pequenos produtores rurais formalizados;

11.2.3.1.3. contribui com a função social da terra e com o aproveitamento produtivo e sustentável da área pública; e

11.2.3.1.4. está em consonância com os princípios da isonomia, eficiência, economicidade e ampla participação (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

11.2.4. Segurança contratual:

11.2.4.1. embora o MEI seja figura jurídica simplificada, o mesmo responde diretamente pelas obrigações contratuais, e pode ser compelido ao cumprimento de cláusulas previstas em contrato, inclusive inadimplemento e retomada do imóvel, garantindo segurança jurídica à Administração.

Na presente licitação, será () VEDADA ou (X) PERMITIDA a participação de Participação De Microempreendedor Individual (MEI).

12. PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADE SIMPLES

12.1. O presente procedimento trata da cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento de área rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, em processo de natureza arrecadatória, conforme disposto no art. 1º, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Após análise técnica e jurídica, fica vedada a participação de sociedades simples no presente certame, com fundamento nos seguintes pontos:

12.2.1. Natureza jurídica e limitação de objeto da sociedade simples:

12.2.1.1. a sociedade simples, conforme os arts. 997 a 1.038 do Código Civil, é constituída por pessoas que se associam para exercer atividade de natureza intelectual, científica, literária ou artística, não empresarial; e

12.2.1.2. dessa forma, sociedades simples:

12.2.1.2.1. não exercem atividade empresarial, conforme definição do art. 966 do Código Civil;

12.2.1.2.2. não possuem registro na Junta Comercial, mas apenas em cartório de registro civil de pessoas jurídicas; e

12.2.1.2.3. não podem desenvolver atividade econômica com fins comerciais típicos, como a exploração pecuária em escala produtiva, ainda que formalmente tenham CNPJ.

12.2.2. Incompatibilidade com o objeto contratual:

12.2.2.1. a exploração pecuária, conforme previsto neste processo de cessão de uso onerosa, é atividade de caráter econômico, rural, empresarial e de produção agropecuária com fins lucrativos. Tal finalidade exige a adoção de:

12.2.2.1.1. práticas de mercado;

12.2.2.1.2. comercialização de produtos; e

12.2.2.1.3. responsabilidade contratual e ambiental sobre bens da União.

12.2.2.2. A natureza e o regime jurídico da sociedade simples não se alinham à exigência de operação produtiva com responsabilidade patrimonial plena sobre a execução contratual, típica de empresário rural ou pessoa jurídica empresária.

12.2.3. Segurança jurídica e garantias contratuais:

12.2.3.1. a ausência de características empresariais nas sociedades simples, como:

12.2.3.1.1. regime contábil padronizado;

12.2.3.1.2. inscrição em Junta Comercial; e

12.2.3.1.3. responsabilização direta do representante legal por obrigações negociais complexas, gera risco à Administração Pública, tanto na execução do contrato como na eventual recuperação de valores devidos ou responsabilização por danos ao patrimônio público.

12.2.4. Amparo normativo:

12.2.4.1. a Lei nº 9.636/1998, em seu art. 3º, inciso III, permite a cessão de uso a pessoa física ou jurídica, o que não inclui automaticamente qualquer forma de associação civil. O entendimento administrativo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e de órgãos jurídicos da Administração Pública é no sentido de que entidades civis não empresárias só podem participar de cessões de uso quando o objeto for compatível com sua natureza institucional, o que não é o caso da exploração pecuária com fins lucrativos.

12.2.5. Preservação do interesse público e da eficiência:

12.2.5.1. a vedação à participação de sociedades simples visa:

12.2.5.1.1. garantir que o imóvel público seja ocupado por agente produtivo tecnicamente e juridicamente apto;

12.2.5.1.2. proteger o patrimônio da União contra inadimplementos de difícil responsabilização; e

12.2.5.1.3. assegurar o alinhamento entre o regime de uso e o objetivo arrecadatório e produtivo do processo.

12.3. Com base no Código Civil (arts. 966 e 997), na Lei nº 9.636/1998, na Lei nº 14.133/2021 e nas boas práticas de gestão patrimonial da União, justifica-se a vedação da participação de sociedades simples no presente processo de cessão de uso onerosa sob o

regime de arrendamento para fins de exploração pecuária, por incompatibilidade jurídica e contratual com o objeto do certame.

12.4. **JUSTIFICATIVA:** Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de Sociedades Simples, com base nos fatos acima.

13. PARTICIPAÇÃO DE AGÊNCIA DA SOCIEDADE SIMPLES

13.1. O presente processo tem como objeto a cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento de área rural pertencente à União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiro, mediante remuneração mensal, sendo, portanto, um processo de natureza arrecadatória, conforme previsto no art. 1º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

13.2. Neste contexto, fica vedada a participação de agências vinculadas a sociedades simples, com fundamento nas seguintes razões:

13.2.1. Ausência de personalidade jurídica autônoma:

13.2.1.1. as agências de sociedade simples não possuem personalidade jurídica própria, atuando como extensões operacionais da sociedade simples matriz. Segundo o Código Civil (arts. 997 a 1.038), a sociedade simples é formada para o exercício de atividade intelectual, científica, artística ou cooperativa, e não para atividade empresarial de natureza rural e econômica; e

13.2.1.2. dessa forma, a agência - por não ser pessoa jurídica - não pode assumir obrigações contratuais perante a Administração Pública, tampouco responsabilizar-se diretamente por contratos de cessão de uso.

13.2.2. Incompatibilidade com o objeto do contrato:

13.2.2.1. a exploração pecuária envolve atividade de natureza empresarial e produtiva, com manejo de rebanhos, uso intensivo do solo, responsabilidade ambiental e geração de receita. Este tipo de operação exige um ente jurídico com capacidade plena para contratar, explorar economicamente e responder por obrigações cíveis, fiscais e contratuais; e

13.2.2.2. agências de sociedades simples não possuem autonomia para tanto, sendo juridicamente inadequadas para firmar contrato de arrendamento de bem público.

13.2.3. Risco jurídico e contratual para a Administração:

13.2.3.1. permitir a participação de agência de sociedade simples compromete a segurança jurídica do contrato e dificulta a responsabilização direta em caso de inadimplemento, descumprimento de cláusulas ou degradação do bem público cedido; e

13.2.3.2. não há como assegurar, nesse caso, o cumprimento integral das obrigações assumidas em contrato, o que contraria os princípios da legalidade, eficiência e proteção ao patrimônio público.

13.2.4. Finalidade arrecadatória e responsabilidade contratual direta:

13.2.4.1. sendo o processo de natureza arrecadatória, é fundamental que o contratante tenha capacidade jurídica plena e direta para responder pelo pagamento da outorga, conservação do imóvel e demais obrigações contratuais, o que não é compatível com a atuação indireta de uma agência de sociedade simples.

13.3. Com fundamento no Código Civil (arts. 966 e 997 a 1.038), na Lei nº 9.636/1998, na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade contratual, justifica-se a vedação da participação de agências de sociedade simples no presente processo de cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento, para fins de exploração pecuária, por incompatibilidade jurídica, ausência de personalidade e risco à Administração Pública.

13.4. **JUSTIFICATIVA:** Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de agência da sociedade simples, com base nos fatos acima.

14. DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

14.1. O presente processo tem por objeto a cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, de área rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante remuneração mensal. O critério de julgamento adotado é o de maior valor de outorga mensal, sendo, portanto, um procedimento de natureza arrecadatória voltado à obtenção de receita pública, conforme previsto no art. 1º, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O valor mensal da outorga foi estabelecido em R\$ 13.334,10, totalizando R\$ 160.009,20 para o período de 12 meses.

14.3. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

(...)

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...)

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48 Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

14.4. Decreto nº 8.538/2015:

“Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).”

14.5. No presente caso, o objeto do certame não envolve aquisição de bens ou serviços pela Administração, mas sim a cessão onerosa de bem público com geração de receita mensal, mediante exploração pecuária da área por terceiro, em caráter produtivo e lucrativo. O Anexo I - Termo de Referência está em consonância com as legislações vigentes.

14.6. **JUSTIFICATIVA:** Na presente licitação, a Participação Exclusiva De Microempresas, e Empresas de Pequeno Porte () FOI ou (X) NÃO FOI adotado, conforme justificativa acima.

15. DO TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

15.1. O tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas licitações públicas encontra respaldo legal na Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), especialmente nos artigos 42 a 49, e tem como objetivo central promover o desenvolvimento sustentável das pequenas empresas, estimular a competitividade e fomentar a inclusão econômica.

15.2. O artigo 170, inciso IX, da Constituição Federal estabelece como princípio da ordem econômica o "tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País".

15.3. Essas empresas representam a maior parte dos empreendimentos no Brasil e são responsáveis por significativa parcela da geração de empregos e renda. No entanto, enfrentam dificuldades estruturais, como acesso limitado a crédito, menor capacidade técnica e dificuldade em competir com grandes empresas, especialmente em processos licitatórios.

15.4. Portanto, o tratamento diferenciado não configura privilégio, mas sim uma medida de equidade e correção de desigualdades históricas, alinhada aos princípios constitucionais da eficiência, isonomia e promoção do desenvolvimento nacional.

15.5. **JUSTIFICATIVA:** Na presente licitação, o Tratamento Favorecido ME/EPP/Equiparadas (X) FOI ou () NÃO FOI adotado.

16. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO OU NÃO

16.1. O presente procedimento tem como objeto a **cessão de uso onerosa de imóvel da União, sob o regime de arrendamento**, administrado pelo Exército Brasileiro, com a finalidade de **exploração pecuária por terceiro**, mediante pagamento mensal de outorga. Sendo o procedimento de natureza **estritamente arrecadatória**.

16.2. Neste contexto, **justifica-se a exigência da prestação de garantia contratual pelo futuro cessionário**, com base nos fundamentos técnicos, jurídicos e administrativos a seguir:

16.2.1. Fundamentação Legal – Lei nº 14.133/2021:

16.2.1.1. A **exigência de garantia de execução contratual** encontra respaldo no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, o qual estabelece:

art. 96 da Lei nº 14.133/2021 A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº14.770, de 2023)

16.2.1.2. embora a redação principal mencione obras, serviços e fornecimentos, o próprio dispositivo **autoriza expressamente a exigência de garantia em outras situações justificadas, como a cessão de uso de bens públicos**, que envolva valor significativo, risco de inadimplemento e obrigação patrimonial relevante; e

16.2.1.3. portanto, é legítima e juridicamente adequada a **exigência de garantia de execução no contrato de cessão onerosa**, desde que haja motivação técnica e econômica - como no caso presente.

16.2.2. Natureza do contrato e risco financeiro à Administração:

16.2.2.1. cessão de uso onerosa para fins de exploração pecuária impõe ao cessionário obrigações contínuas e relevantes, tais como:

16.2.2.1.1. pagamento mensal da outorga no valor de R\$ 13.334,10, totalizando R\$ 160.009,20 anuais;

16.2.2.1.2. conservação e preservação ambiental da área pública;

16.2.2.1.3. uso compatível com a finalidade prevista; e

16.2.2.1.4. responsabilidade por danos ao imóvel.

16.2.2.2. essas obrigações, se descumpridas, comprometem diretamente a arrecadação pública, a integridade do bem da União e os princípios da eficiência e responsabilidade da Administração Pública.

16.2.2.3. A exigência de garantia atua como instrumento de proteção à Administração, pois:

16.2.2.3.1. assegura a execução das obrigações pactuadas;

16.2.2.3.2. permite ressarcimento célere em caso de inadimplemento; e

16.2.2.3.3. desestimula a inadimplência consciente ou oportunista.

16.2.3. Razoabilidade e proporcionalidade da exigência:

16.2.3.1. A exigência será fixada com base no **limite de até 5% do valor contratual anual**, conforme o §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prestada em:

16.2.3.1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

16.2.3.1.2. seguro-garantia; e

16.2.3.1.3. fiança bancária.

16.2.3.2. esse percentual é **razoável, proporcional e não representa barreira excessiva à competitividade**, sendo prática comum em contratos administrativos com obrigações de longo prazo.

16.2.4. Princípios da Administração Pública:

16.2.4.1. A exigência da garantia atende aos princípios da:

16.2.4.1.1. eficiência, ao prevenir prejuízos e inadimplementos;

16.2.4.1.2. responsabilidade, ao atribuir risco adequado ao cessionário;

16.2.4.1.3. proteção do interesse público, ao preservar o patrimônio da União;

16.2.4.1.4. economicidade, ao evitar litígios, perdas e recuperações judiciais custosas; e

16.2.4.1.5. planejamento, ao garantir segurança na execução e continuidade do contrato.

16.3. Diante do exposto, com fundamento no **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, **justifica-se a exigência de garantia de contratação** no presente processo de **cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento para fins de exploração pecuária**, como medida **preventiva, legal e proporcional** que protege o erário, garante a execução do contrato e assegura o cumprimento das obrigações assumidas pelo cessionário.

16.4. Assim a Administração entende que **SERÁ** solicitada na garantia contratual.

16.5. Na presente licitação, será (X) EXIGIDA a apresentação de garantia de execução contratual.

17. DA SUSTENTABILIDADE

17.1. No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;]

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

17.2. Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

17.2.1. Administração inseriu no Item XX do Anexo II – Estudo Técnico Preliminar (ETP), alguns critérios e práticas de sustentabilidade.

17.3. Informo ainda que foi consultado Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª Edição, revisada, atualizada e ampliada em Setembro/2023, da AGU.

17.4. A Administração entende que as especificações de sustentabilidade para a(s) aquisição(s) da presente licitação **não restringem** a competição em dado mercado.

18. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTA

18.1. O presente processo trata da **cessão de uso onerosa, sob o regime de arrendamento, de imóvel rural pertencente à União**, sob a administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de **exploração pecuária por terceiro**, mediante pagamento mensal à Administração. O critério de julgamento adotado será o de **maior percentual de desconto sobre o valor mensal de referência**, a ser **convertido em taxa mensal de utilização**.

18.2. Importa destacar, desde logo, que o presente procedimento tem **natureza estritamente arrecadatória**, ou seja, visa à **geração de receita para a Administração Pública Federal**, com fundamento nos princípios da **economicidade, supremacia do interesse público e da boa gestão do patrimônio da União**.

18.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, nas contratações que resultem em receita para a Administração Pública, é cabível a utilização do critério de julgamento:

18.3.1. Fundamento técnico e metodologia objetiva:

18.3.1.1. a definição do valor de referência para a outorga mensal foi realizada por meio do **Laudo de Avaliação nº 01/2025 – DPIMA**, elaborado com base nas normas da ABNT e critérios técnicos definidos pelo Departamento de Engenharia e Construção (DEC); e

18.3.1.2. Com base nesse valor fixo, os licitantes apresentarão suas propostas na forma de **percentual de desconto**, o qual será convertido em **valor nominal mensal de utilização**, garantindo:

18.3.1.2.1. uniformidade de base para todos os concorrentes;

18.3.1.2.2. julgamento objetivo, isonômico e transparente; e

18.3.1.2.3. clareza na mensuração da vantagem econômica ofertada à Administração.

18.3.2. Reforço institucional – Parecer AGU nº 01/2016/CNU/DECOR/CGU:

18.3.2.1. conforme entendimento consolidado no **Parecer-Plenário nº 01/2016/CNU/Decor/CGU/AGU**, aprovado pelo Advogado-Geral da União, é plenamente admissível, nos processos de cessão onerosa de bens públicos com finalidade arrecadatória, a **adoção de critérios que visem maximizar a receita pública**, especialmente na forma de:

18.3.2.1.1. “maior oferta de preço, maior lance ou percentual de desconto sobre valor previamente fixado pela Administração.”

18.3.2.2. o parecer reforça que, **quando o objetivo da licitação é a obtenção de receita** e não a contratação de bens ou serviços, **não se aplica o critério de menor preço**, sendo mais adequado e juridicamente amparado utilizar a **maior vantagem financeira** como parâmetro de julgamento; e

18.3.2.3. esse entendimento também se fundamenta no **art. 45, §1º, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993**, ainda aplicável subsidiariamente, e nas diretrizes patrimoniais da **Lei nº 9.636/1998**, que regulam o uso e a exploração econômica de imóveis da União.

18.3.3. Alinhamento aos princípios da Administração Pública:

18.3.3.1. a metodologia adotada atende integralmente aos princípios do:

18.3.3.1.1. interesse público, ao buscar maior receita para o Estado;

18.3.3.1.2. eficiência, pela otimização da utilização de bens da União;

18.3.3.1.3. economicidade, pela maximização da arrecadação mensal;

18.3.3.1.4. legalidade e transparência, por meio de critério objetivo, claro e motivado; e

18.3.3.1.5. isonomia, ao proporcionar igualdade de condições entre os participantes.

18.4. Diante do exposto, e com fundamento no **a Lei nº 14.133/2021**, no **Parecer AGU nº 01/2016/CNU/Decor/CGU/AGU**, no **Laudo Técnico de Avaliação nº 01/2025 – DPIMA**, e nas melhores práticas de gestão patrimonial pública, **justifica-se a adoção do critério de julgamento “maior percentual de desconto”, a ser convertido em taxa mensal de utilização**, como a forma **mais adequada, transparente, vantajosa e legal** para a seleção da proposta que **proporcione o maior retorno econômico à União** em processo de cessão de uso onerosa para exploração pecuária.

18.5. A Administração, através da Equipe de Planejamento da Contratação/AMAN, procederá o critério de julgamento conforme o Art. 6º do inciso XLI:

() Menor preço.

() Maior desconto.

(X) critério de julgamento maior percentual de desconto (a ser convertido em taxa mensal de utilização)

19. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) DO OBJETO DA LICITAÇÃO

19.1. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos, conforme prescreve o Inciso VIII, do §1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021 - justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

19.2. Logo, depreende-se que a regra do parcelamento deve ser coordenada com os requisitos que a própria lei definiu: letra b) do Art. 18 e do §3º do Art.40, todos da Lei nº 14.133/2021, só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica e econômica para sua adoção;

Letra b) do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021 - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

§3º do Art.40, da Lei nº 14.133/2021 - O parcelamento não será adotado quando:

- Inciso I do §3º do Art.40, da Lei nº 14.133/2021 - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor

- Inciso II do §3º do Art.40, da Lei nº 14.133/2021 - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido

- Inciso III do §3º do Art.40, da Lei nº 14.133/2021 - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

19.3. O § 2º do Art. 40, da Lei nº 14.133/21, apresenta as considerações que são necessárias para o parcelamento do objeto. Dessa forma, tendo em vista o princípio do parcelamento, sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, o objeto deverá ser parcelado, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala:

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

19.4. Corroborando com o item anterior, Art. 47, da mesma Lei, assim trata o parcelamento:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

19.5. Já, segundo o Inciso I, do § 3º, do art. 40, da Lei 14.133/21, “o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor”;

19.6. Logo, depreende-se que a regra do parcelamento deve ser coordenada com os requisitos que a própria lei definiu: só se pode falar em parcelamento quando há viabilidade técnica e econômica para sua adoção.

B - (X) Será parcelado o Objeto, conforme o item 1.

20. EXIGÊNCIA INTEGRAL DE PREPOSTO NO LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

20.1. A Administração atendendo o que prescreve o Art. 118 da Lei 14.133/21, **NÃO** exigirá um preposto permanentemente alocado no local de execução do contrato administrativo para a licitação, cujo objeto é CESSÃO DE USO ONEROSA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO, para fins de EXPLORAÇÃO PECUÁRIA.

20.2. É fundamental esclarecer que o Art. 118 da Lei nº 14.133/2021 trata especificamente da contratação de obras e serviços de engenharia.

20.3. Para a licitação de **CESSÃO DE USO ONEROSA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO, para fins de EXPLORAÇÃO PECUÁRIA**, o Art. 118, **NÃO É O DISPOSITIVO APLICÁVEL** o presente certame.

21. NATUREZA DA ATIVIDADE SE CONSTITUI OU NÃO ATIVIDADE DE CUSTEIO (DECRETO Nº 10.193/2019)

21.1. O presente processo tem por objeto a **cessão de uso onerosa de área rural da União**, sob a administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de **exploração pecuária** por terceiros, mediante pagamento mensal à Administração Pública. Trata-se de contrato formal de **arrendamento patrimonial**, regido pelas disposições da **Lei nº 9.636/1998** e, subsidiariamente, da **Lei nº 14.133/2021**.

21.2. Neste contexto, **não há contratação de bens, serviços ou execução de obras pela Administração**, mas sim a **concessão temporária de uso de bem público mediante contraprestação pecuniária por parte do particular**, caracterizando-se, assim, um

processo de natureza arrecadatória, com geração de receita pública classificada como **receita patrimonial** no orçamento da União.

21.3. Fundamentação Técnica:

21.3.1. Nos termos do **Manual Técnico de Orçamento (MTO)** e da **Lei nº 4.320/1964**, são classificadas como **despesas de custeio** aquelas voltadas à **manutenção das atividades administrativas correntes da Administração Pública**, tais como:

21.3.1.1. aquisição de materiais de consumo;

21.3.1.2. pagamento de energia, água, serviços de terceiros; e

21.3.1.3. despesas operacionais ordinárias.

21.3.2. os atos administrativos voltados à geração de receita — como é o caso da cessão de uso onerosa — não configuram despesa, tampouco custeio, pois:

21.3.2.1. não envolvem saída de recursos orçamentários da União;

21.3.2.2. não se destinam à manutenção de atividade administrativa interna; e

21.3.2.3. ao contrário, resultam em ingresso financeiro para o erário público, sob a rubrica de receita corrente patrimonial.

21.4. Conclusão

21.4.1. Dessa forma, fica expressamente justificado que o presente processo de cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento, para fins de exploração pecuária, não constitui atividade de custeio, uma vez que:

21.4.1.1. não representa despesa pública;

21.4.1.2. não está vinculado a ações administrativas internas de funcionamento; e

21.4.1.3. possui natureza arrecadatória, com finalidade exclusiva de gerar receita patrimonial para a Administração Pública Federal.

21.4.2. Por esse motivo, **não se aplica a classificação como “atividade de custeio”** no presente caso.

A - (X) Não se constitui em Atividade de Custeio.

B - () constitui-se em Atividade de Custeio;

22. LANCES INTERMEDIÁRIO E INTERVALO MÍNIMO

22.1. A Lei nº 14.133/2021 possibilita o regramento dos lances intermediários, conforme artigo 57.

Art. 57. o edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

22.2. A Administração, entende que o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deve ser:

Item	Descrição	Porcentagem
01	Cessão de Uso, a título oneroso, da Gleba 12, para exploração da pecuária. Período inicial: 12 (dose) meses, com contrapartida não financeira.	0,0001%

22.3. Assim dever ser inserido no Edital os INTERVALOS MÍNIMOS DE DIFERENÇA indicados acima, por NÃO ser considerado IRRISÓRIO com o percentual mínimo aceitável do presente certame.

23. PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL - PLS

23.1. A Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, um dos atos normativos que regulamentam a Lei nº 14.133/2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e no seu art. 8º, § 1º estabelece que o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS deverá nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual, dos estudos técnicos preliminares e dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação.

23.2. O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

23.3. Portanto, é fundamental que o órgão no planejamento de suas contratações esteja alinhado com o seu próprio Plano de Gestão de Logística Sustentável, caso não tenha PLS, deve providenciar a sua elaboração.

23.4. Há necessidade de se indicar nos ETP que a contratação está alinhada ao Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS do órgão e com o Plano de Contratações Anual.

23.5. Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas Aquisições.

Na presente licitação:

(X) FOI elaborado o Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS;

() NÃO FOI elaborado o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

24. JUSTIFICATIVA DA CERTIDÃO NEGATIVA DE INSOLVÊNCIA CIVIL

24.1. A decisão de não solicitar a Certidão Negativa de Insolvência Civil em aquisição e fornecimento de Óleo Combustível BPF e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) está alinhada com os princípios da legalidade, competitividade, eficiência e razoabilidade, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021.

24.2. E, conforme o próprio texto do Anexo I – termo de Referência, onde fala caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

24.3. **Não** será exigida a qualificação econômico-financeira dos licitantes no presente certame.

24.4. O item 6 do Termo de Justificativa Técnica Relevante/TJTR fala que **Não** será exigida a qualificação econômico-financeira dos licitantes no presente certame.

24.5. Pelo motivo acima **não será exigido** no presente certame a Certidão Negativa de Insolvência Civil.

25. JUSTIFICATIVA SOBRE DOTAÇÃO (OU NÃO) DO ORÇAMENTO SIGILOSO

25.1. O orçamento sigiloso em licitações é um mecanismo previsto na legislação brasileira, especificamente na Lei nº 14.133/2021, para garantir maior competitividade e prevenir fraudes ou combinações entre os participantes.

25.2. De acordo com o artigo 24, §3º da Lei nº 14.133/2021, o sigilo do orçamento estimado pode ser adotado em situações justificadas pela administração, mas **deve** ser garantida a transparência e o controle interno e externo por meio do registro do valor nos autos do processo.

25.3. O orçamento sigiloso é uma modalidade em que o valor estimado da contratação não é divulgado aos licitantes antes da apresentação das propostas. Ele é utilizado para proteger a administração pública de possíveis manipulações ou superfaturamentos.

25.4. O sigilo não é obrigatório em todas as licitações. Em algumas modalidades, como o pregão eletrônico, o orçamento geralmente é público, salvo decisão fundamentada em contrário.

25.5. Caso a administração queira adotar o sigilo, deve justificar no processo a necessidade do sigilo, demonstrando que ele é necessário para o interesse público.

() FOI adotado o orçamento sigiloso pela administração.

(X) NÃO FOI adotado o orçamento sigiloso pela administração.

26. JUSTIFICATIVA SE É OU NÃO DE NATUREZA CONTÍNUA

26.1. Nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, considera-se de natureza contínua a contratação cujo objeto:

“(...) seja necessário à manutenção da atividade administrativa da Administração Pública, realizado de forma contínua e permanente.”

26.2. Essa contratação se enquadra perfeitamente no conceito de contratação de natureza contínua, pelos seguintes motivos:

26.2.1. Tal interpretação é corroborada por normativos complementares, como a Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017, os DIEx nº 669-1ª SEÇÃO/4º CGCFEx e DIEx nº 554-ASSE2/SSEF/SEF, ambos de 2022, os quais orientam que o fornecimento continuado de combustíveis e energia configura-se como despesa de custeio de caráter continuado, quando necessário à manutenção regular das atividades administrativas e operacionais da Administração Pública; e

26.2.2. Portanto, com base no disposto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a classificação da presente contratação como de natureza contínua, condição que permite sua formalização por prazo de até 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme o art. 107 da mesma lei, e garante a regularidade do abastecimento, a economicidade do processo e a continuidade do serviço público.

26.3. De todo exposto acima a Administração entende que:

() Não é de Natureza Contínuos.

(X) É de Natureza Contínuos.

27. JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE VIGÊNCIA

27.1. São três tipos de contratação para fornecimento/execução de serviços, no que tange à vigência:

27.1.1. Há serviços não contínuos quando se trata de um serviço sem que haja uma demanda de caráter permanente. Uma vez finalizado, resolve-se a necessidade que deu azo ao contrato. Estes usam o art.105 da Lei nº 14.133, de 2021, como fundamento e partem apenas de créditos do exercício corrente, salvo se inscritos no Plano Plurianual.

27.1.2. Há serviços contínuos quando o serviço é uma necessidade permanente. É o caso, por exemplo, de serviços de limpeza e segurança essenciais para o funcionamento do órgão público. Nessas situações, findado o contrato, haverá sua substituição por um novo e assim, sucessivamente, pois a necessidade em si é permanente. Contratações dessa natureza são atendidas pelo art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.1.3. Em caso de contratação emergencial, a vigência é regida pelo art. 75, VIII, estando limitada a um ano da emergência e não sendo passível de prorrogação.

27.2. Incumbe à área que elabora o Termo de Referência enquadrar a contratação como não-contínua ou contínua (ou emergencial, se for o caso). Reputando-a contínua, deve apor a justificativa para tal enquadramento, conforme orientações no item específico abaixo.

27.3. De todo exposto acima a Administração entende que deve ser usado:

() art.105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Aquisição Não Contínuos.

(X) art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021 – Aquisição Contínuos.

() art. 75, VIII - contratação emergencial.

28. JUSTIFICATIVA DA EXIGÊNCIA DA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO OU NÃO

28.1. O presente processo trata da cessão de uso onerosa de imóvel rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante remuneração mensal, conforme valor de referência estabelecido em laudo técnico de avaliação. O processo tem natureza estritamente arrecadatória, e visa à geração de receita

patrimonial à Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 9.636/1998, da Instrução Normativa SPU/MGI nº 67/2022 e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133/2021.

28.2. Natureza do objeto – atividade rural em área pública:

28.2.1. o objeto da cessão é a ocupação produtiva de área rural para fins de exploração pecuária, a ser executada no próprio imóvel público cedido, em regime de arrendamento. Essa atividade é operacional, de campo, e exige a presença do arrendatário ou sua equipe na área rural cedida, não sendo necessária a estruturação de sede administrativa em local diverso; e

28.2.2. dessa forma, a implantação de escritório físico externo ao imóvel arrendado revela-se desnecessária, do ponto de vista técnico, operacional e econômico, além de poder restringir injustificadamente a competitividade do certame.

28.3. Ausência de exigência legal ou normativa:

28.3.1. não há na Lei nº 9.636/1998, nem na IN SPU/MGI nº 67/2022, qualquer exigência ou obrigatoriedade de que o cessionário de uso de imóvel da União, para fins produtivos, mantenha escritório físico instalado como requisito para participar ou executar o contrato de cessão; e

28.3.2. o que se exige, conforme o caso, é a manutenção de representante legal acessível e a plena capacidade de responder às obrigações contratuais e fiscais, o que pode ser feito por meio digital, correspondência oficial ou comparecimento presencial quando solicitado.

28.4. Alinhamento à natureza arrecadatória e ao princípio da economicidade:

28.4.1. Considerando que o processo é de receita, e não envolve dispêndio de recursos públicos, a exigência de instalação de escritório administrativo seria desproporcional e contrária ao princípio da economicidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, podendo, inclusive, gerar ônus excessivo aos interessados, especialmente pequenos produtores e pessoas físicas legalmente habilitadas.

28.5. Não comprometimento da fiscalização e do cumprimento contratual:

28.5.1. a ausência de exigência de escritório não compromete a capacidade de fiscalização da Administração, tampouco a comunicação oficial com o cessionário, uma vez que:

28.5.1.1. as obrigações podem ser fiscalizadas **in loco** na área cedida;

28.5.1.2. o contrato poderá prever a obrigatoriedade de manter dados de contato atualizados, como e-mail, telefone, endereço postal ou ponto de referência na propriedade; e

28.5.1.3. é possível exigir a nomeação de procurador local ou responsável técnico, se necessário.

28.6. Diante do exposto, com fundamento nas normas que regulam a cessão onerosa de imóveis da União (Lei nº 9.636/1998 e IN SPU nº 67/2022), e considerando a natureza arrecadatória do processo, a simplicidade operacional da atividade rural e o respeito aos princípios da economicidade, razoabilidade e isonomia, justifica-se a não exigência de instalação de escritório físico por parte dos interessados no certame.

28.7. A manutenção de meios regulares de contato e representação será suficiente para garantir a boa execução contratual e a comunicação institucional, não se justificando, portanto, a imposição de obrigação desnecessária que possa restringir a competitividade do processo.

28.8. Assim a Administração entende que **NÃO** será solicitada a instalação de escritório.

29. JUSTIFICATIVA DA MARGEM DE PREFERÊNCIA OU NÃO

29.1. O presente processo refere-se à cessão de uso onerosa de imóvel rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante pagamento mensal de outorga à Administração Pública. O certame será julgado com base no critério de maior vantagem econômica para a Administração, sendo a natureza do processo estritamente arrecadatória, ou seja, voltada à geração de receita pública patrimonial, e não à contratação de bens ou serviços.

29.2. O que é margem de preferência?

29.2.1. A margem de preferência é um mecanismo previsto nos arts. 26 a 28 da Lei nº 14.133/2021, que permite, em processos de aquisição de bens e serviços, conceder vantagem competitiva a produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a regras de desenvolvimento sustentável, conforme regulamento.

29.3. Inaplicabilidade ao caso concreto – processo de receita e não de aquisição:

29.3.1. A margem de preferência só se aplica a processos licitatórios voltados à aquisição de bens ou contratação de serviços pela Administração Pública, nos quais há desembolso orçamentário e escolha entre fornecedores; e

29.3.2. Entretanto, no presente processo:

29.3.2.1. não há aquisição nem contratação de bens ou serviços;

29.3.2.2. a Administração não fará qualquer pagamento, mas sim receberá mensalmente valores pela outorga de uso do bem público; e

29.3.2.3. a licitação visa selecionar o particular que melhor remunere o patrimônio da União, não sendo o foco a política industrial ou ambiental relativa a produtos adquiridos.

29.4. Natureza arrecadatória reconhecida na legislação:

29.4.1. A Lei nº 14.133/2021, reconhece a possibilidade de licitações voltadas à geração de receita para a Administração, com critério de julgamento baseado na maior oferta de valor. Para esses casos, não se aplica o regime da margem de preferência, pois:

29.4.1.1. não há disputa entre bens com diferentes origens (nacional/importado);

29.4.1.2. não há necessidade de equilíbrio de competitividade entre fornecedores; e

29.4.1.3. não existe impacto sobre cadeias produtivas, mas apenas sobre a capacidade financeira de remunerar o uso do imóvel público.

29.5. Diante do exposto, e com fundamento nos arts. 26 a 28 da Lei nº 14.133/2021, na natureza arrecadatória do presente processo, e considerando que não se trata de aquisição de bens ou serviços, mas sim de cessão de uso de bem público mediante retribuição mensal, não se aplica a margem de preferência prevista em lei.

29.6. Portanto, fica justificado o não enquadramento da margem de preferência no certame referente à cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento para fins de exploração pecuária, por absoluta incompatibilidade com o objeto, a finalidade e a estrutura jurídica da contratação.

29.7. Assim a Administração entende que o objeto do certame **NÃO** se enquadra na margem de preferência normal ou adicional.

30. JUSTIFICATIVA PARA O MOMENTO DE EXIGÊNCIA DO CADIN

30.1. A Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, introduziu alterações significativas na Lei nº 10.522/2002, que regulamenta o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). Uma das principais mudanças é a inclusão do artigo 6º-A, que estabelece que a existência de registro no CADIN constitui fator **impeditivo para a celebração de contratos** com a Administração Pública Federal. GOV.BR.

30.2. Dessa forma, embora a consulta ao CADIN possa ocorrer em diferentes fases do processo licitatório, a Lei nº 14.973/2024 determina que a verificação obrigatória seja realizada **antes da celebração do contrato**. Se, nesse momento, for constatado que a empresa vencedora está inscrita no CADIN, a Administração Pública Federal está impedida de formalizar o contrato.

30.3. Portanto, de acordo com a Lei nº 14.973/2024, a exigência de regularidade em relação ao CADIN é verificada no momento da celebração do contrato, sendo este o ponto crucial para a comprovação da inexistência de pendências no referido cadastro.

30.4. Fontes de consulta:

30.4.1. DIEx nº 163-Sec Log Fin/Ch Gab/DESMil, de 14 de janeiro de 2025, da DESMil;

30.4.2. DIEx nº 205-AAAJ/DECEX, de 8 de janeiro de 2025, do DECEX;

30.4.3. DIEx nº 58-Asse Ap As Jurd/CML, de 3 de janeiro de 2025, do CML;

30.4.4. Parecer nº 00063/2024/DECOR/CGU/AGU; e

30.4.5. Ofício-Circular nº 0051/2024/CJU-RJ/CGU/AGU, de 24 de dezembro de 2024, da Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio de Janeiro Gabinete – CJU.

30.5. Registro da pessoa jurídica no CADIN é fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes e contratos que envolvam repasses de recursos, a qualquer título, firmados a partir de 16 de setembro de 2024, datado início da vigência da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024, bem como estabelece regras de direito intertemporal.

30.6. O art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, incluído pela Lei nº 14.973, de 2024, passou a determinar que o registro no CADIN constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos e ajustes, que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos:

30.6.1. esta norma entrou em vigor na data da sua publicação: 16 de setembro de 2024 (art.50 da Lei nº 14.973, de 2024); e

30.6.2. não foram previstas regras de transição e nem mesmo foi autorizado o estabelecimento de um regime de transição, a priori, pela Administração Pública.

30.7. Assim a administração exigirá o CADIN no **momento de celebração do Contrato**.

31. JUSTIFICATIVA PARA NÃO SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA CIVIL PELO DISTRIBUIDOR DO DOMICÍLIO OU SEDE DO INTERESADO

31.1. Como justificativa realizada no presente Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, a Administração não admitida a sua participação na licitação/contratação de **pessoa física e de sociedade simples**.

31.2. De todo exposto acima a Administração **NÃO** exigirá a certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado.

32. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO OU NÃO DO DOCUMENTO REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

32.1. O entendimento da utilização do documento Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contrato, se refere a não utilização do Termo de Contrato.

32.2. É observado também que o presente documento, não contempla disposições relativas às contratações de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que, nesses casos, ainda que se trate de contratação de pequeno valor, é recomendável a celebração de termo de contrato, tendo em vista as peculiaridades inerentes à execução desse tipo de serviço, em especial no que toca aos empregados alocados à prestação do serviço.

32.3. No presente certame a Administração mesmo tendo a Ata de Registro de Preços, se encontra utilizando o Termo de Contrato (Anexo IV - Minuta de Contrato), conforme se encontra acostado nos autos do processo.

32.4. Pelos motivos acima, a Administração **não** adotará documento Regras aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contrato.

33. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO OU NÃO TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

33.1. O entendimento da utilização do Termo de Ciência e Concordância, se refere que quando for utilizar Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo ao Contratação, conforme orienta (A144) Comentário: Nota explicativa, posto no Modelo do Termo de Referência **(Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Lei nº 14.133, de**

2021 - Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação - Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação - Atualização: NOV/2024).

(A144) Comentário: Nota explicativa: O presente anexo deverá ser adotado para colher a concordância do contratado com as regras e obrigações da contratação previstas no Termo de Referência e em seu anexo, em caso de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, na forma do art. 95, incisos I e II, da Lei n.º 14.133, de 2021, com a interpretação conferida pela Orientação Normativa AGU n.º 84, de 2024.

33.2. No presente certame a Administração se encontra utilizando o Termo de Contrato (Anexo IV - Minuta de Contrato), conforme se encontra acostado nos autos do processo, sendo assim não será obrigatório a utilização do Termo de Ciência e Concordância.

33.3. Pelos motivos acima, a Administração **não** adotará Termo de Ciência e Concordância.

34. JUSTIFICATIVA PARA NÃO EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES

34.1. DIEx nº 565-AAAJ-DECEEx, do Departamento de Educação e Cultura do Exército, de 19 Jn 2024, expediu o presente documento para orienta as suas OM(s) subordinada sobre a NÃO Exigência de Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou Extrajudicial como Condição para Participação em Licitações.

34.2. A letra b) do item 2 do DIEx nº 565-AAAJ-DECEEx, do DECEEx, de 19 Jn 2024, fala que em regra não deve se exigido a apresentação Negativa de Recuperação Judicial ou extrajudicial como condição para participar em licitações:

b) Em regra, não se deve exigir a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial como condição para participação em licitações;

34.3. A AMAN, sendo OM subordinada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército, segue a orientação do referido Departamento.

34.4. De todo exposto acima a AMAN, **não** solicitará a Negativa de Recuperação Judicial ou extrajudicial como condição para participar em licitações.

35. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

35.1. O presente processo tem por objeto a **cessão de uso onerosa de área rural da União**, sob a administração do Exército Brasileiro, para fins de **exploração pecuária por terceiros**,

mediante remuneração mensal em favor da Administração Pública, conforme valor estabelecido em laudo técnico de avaliação patrimonial. Trata-se, portanto, de um **procedimento de natureza arrecadatória**, destinado à **geração de receita patrimonial**, nos termos da **Lei nº 9.636/1998** e, subsidiariamente, da **Lei nº 14.133/2021**.

35.2. A **indicação de dotação orçamentária** é obrigatória apenas para os processos licitatórios e contratos que **gerem despesa para a Administração**, conforme estabelece o **art. 18, da Lei nº 14.133/2021**:

A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

35.3. Contudo, **essa exigência só se aplica quando há despesa orçamentária a ser empenhada**, o que **não é o caso do presente processo**.

35.4. Natureza arrecadatória – ausência de despesa:

35.4.1. No processo em questão:

35.4.1.1. não há contratação de bens, serviços ou obras;

35.4.1.2. não há empenho, liquidação ou pagamento com recursos públicos; e

35.4.1.3. o fluxo financeiro é inverso: o particular paga mensalmente à Administração o valor referente à cessão de uso do bem público.

35.5. Portanto, **não se configura despesa pública**, e **não há necessidade de vinculação a elemento de despesa nem de indicação de dotação orçamentária**.

35.6. Compatibilidade com processos de receita patrimonial:

35.6.1. a cessão onerosa de imóveis da União está classificada, sob a ótica orçamentária, como **receita corrente patrimonial**, sendo lançada na contabilidade pública como **ingresso de recursos** (e não saída). Assim, não há justificativa técnica ou legal para indicar dotação orçamentária, pois não se está vinculando o processo a nenhum programa, ação ou categoria de despesa da LOA.

35.7. Dessa forma, com fundamento no **art. 54, II, da Lei nº 14.133/2021**, e considerando que:

35.7.1. o presente processo não envolve dispêndio de recursos públicos;

35.7.2. trata-se de processo arrecadatório; e

35.7.3. visa à geração de receita patrimonial mediante cessão onerosa de bem público.

36. JUSTIFICATIVA PARA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO Nº 01/2025-DPIMA, PELA SPU/RJ

36.1. A IN 02, de 02/05/2017 que revogou a IN 01 SPU, de 2/12/2014. O artigo quinto, VI, determina a avaliação para fins de cessão gratuita ou onerosa de imóveis da União a terceiros, sendo estipulado desde logo, no artigo terceiro, inciso I, que a avaliação é a “atividade desenvolvida **por profissional habilitado** para identificar o valor de um bem imóvel, os seus custos, frutos e direitos, e determinar os indicadores de viabilidade de sua utilização econômica para determinada finalidade, por meio do seu valor de mercado, do valor da terra nua, do valor venal ou do valor de referência, consideradas as suas características físicas e econômicas, a partir de exames, vistorias e pesquisas”.

36.2. A IN IN 02/2017 trouxe nova redação ao art. **artigo 7º, IV, passando a dispensar a homologação da avaliação pela SPU – Superintendência de Patrimônio da União, quando o laudo tiver sido elaborado por militares ou servidores civis habilitados das Forças Armadas.**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, de 2 de maio de 2017

Dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização.

Art. 7º As avaliações dos imóveis da União e de seu interesse poderão, a critério do órgão central da SPU ou das suas superintendências, ser realizadas:

IV - pela unidade militar interessada, nos casos de imóveis da União entregues ou cedidos sob quaisquer regimes às Forças Armadas, não cabendo à SPU homologá-las.

36.3. No caso em tela, observamos para a elaboração do **LAUDO DE AVALIAÇÃO**, o que prescreve o Art. 13 da IN nº 2, de 2 de maio de 2017.

37. JUSTIFICATIVA PARA NÃO SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS PARA AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

37.1. A Administração, através da Academia Militar das Agulhas Negras, não institui a separação dos resíduos recicláveis descartados a destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme o Decreto nº 5.940/2006.

37.2. Motivo este, que a AMAN contrata uma empresa específica para tal serviço, conforme o Pregão nº 90020/2024-AMAN (Objeto: Coleta de transporte destinação final de resíduos sólidos, e coleta e transporte de materiais recicláveis – coleta seletiva na área da AMAN).

37.3. Na presente licitação, será () EXIGIDA ou (X) DISPENSADA a destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

38. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

38.1. O presente processo trata da cessão de uso onerosa de imóvel rural da União, sob administração do Exército Brasileiro, com a finalidade de exploração pecuária por terceiros, mediante remuneração mensal, conforme valor de referência estabelecido em laudo técnico de avaliação. O processo tem natureza estritamente arrecadatória, e visa à geração de receita patrimonial à Administração Pública Federal.

38.2. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) dispõe expressamente que a modalidade concorrência será utilizada para licitações que envolvam:

38.2.1. aquisição ou alienação de bens imóveis;

38.2.2. concessão de direito real de uso; e

38.2.3. cessão de uso de bens públicos, quando não se adotar outra modalidade mais específica.

38.3. Art. 6º - Para os fins desta Lei, consideram-se:

38.3.1. Inciso II - XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser.

38.4. Art. 28. São modalidades de licitação:

38.4.1. Inciso II – concorrência;

38.5. No caso em tela, como se trata de **concessão remunerada de uso de bem público (arrendamento rural)**, sem enquadramento em modalidades específicas (como pregão, leilão ou concurso), a **modalidade adequada e legalmente exigida é a Concorrência**.

38.6. Compatibilidade com a natureza do objeto e do processo:

38.6.1. A modalidade concorrência é adequada quando:

38.6.1.1. o objeto é complexo ou envolve bem público patrimonial;

38.6.1.2. o contrato tem prazo igual ou superior a 5 anos (inclusive com prorrogação);

38.6.1.3. há necessidade de ampla divulgação e publicidade; e

38.6.1.4. há **interesse da Administração em assegurar a máxima competitividade e vantajosidade econômica**, como ocorre em processos de **receita patrimonial**.

38.6.2. No presente caso:

38.6.2.1. o imóvel objeto do certame é da União;

38.6.2.2. será cedido por prazo certo, mediante pagamento mensal;

38.6.2.3. a disputa será por **melhor oferta de remuneração (maior valor ou maior desconto sobre valor de referência)**:

38.6.2.3.1. essas características reforçam a **pertinência da Concorrência como instrumento mais amplo, seguro e competitivo**, atendendo aos princípios da **publicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa**.

38.7. Inadequação de outras modalidades:

38.7.1. Leilão: não se aplica, pois trata de alienação e não de cessão temporária de uso;

38.7.2. Pregão: não se aplica, pois é destinado a aquisição de bens e serviços comuns;

38.7.3. Concurso: voltado a seleção de trabalhos técnicos ou artísticos;

38.7.4. Diálogo competitivo: voltado a soluções inovadoras e complexas; e

38.7.5. Dispensa ou inexigibilidade: não aplicáveis, dada a existência de múltiplos interessados e possibilidade de competição.

38.8. Com fundamento nos **arts. 6º, inciso XXXVIII, e 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, bem como nas **boas práticas de gestão patrimonial da União** e na **natureza arrecadatória do processo, justifica-se a escolha da modalidade “Concorrência”** para a presente **cessão de uso onerosa sob o regime de arrendamento, para fins de exploração pecuária**, por se tratar da **modalidade legalmente adequada, tecnicamente compatível e juridicamente segura** para o tipo de objeto e interesse público envolvidos.

Resende-RJ, 20 de agosto de 2025.

SAMIRA THAIS FERREIRA DA SILVA – 3º Sgt
Membro da Equipe de Planejamento

MARCUS VINICIUS MARTINS FERNANDES - TC
Membro da Equipe de PlanejamenTo

VITOR HUGO BARBOSA ALVES BARRETO - TC
Chefe da Equipe de Planejamento